

Paixão pela botânica

Quando viu a vegetação do cerrado paulista pela primeira vez, Berta Lange de Morretes se apaixonou! Deslumbrada com o exotismo das árvores e a beleza das flores, a ainda estudante de história natural na Universidade de São Paulo (USP) já sabia com o que gostaria de trabalhar se viesse a se tornar pesquisadora: anatomia das espécies do cerrado. Paixão realizada, doutora Berta, como os amigos e alunos a chamam, completa agora 60 anos de pesquisas botânicas, em 61 anos como professora da USP. Aos 85 anos e “na ativa”, como gosta de dizer, mantém-se fiel ao compromisso que assumiu ao ingressar na USP, em 1941, como docente: vai diariamente à universidade, onde ministra, ainda hoje, aulas de graduação e pós-graduação e orienta estudantes de mestrado e doutorado.

Aluna no curso de história natural da USP entre 1938 e 1941, Berta conviveu com os pioneiros da ciência em São Paulo, como os professores Félix Rawitscher (botânica), André Dreyfus (genética), Ernst Marcus (zoologia) e Ettore Onorato (mineralogia). Ao longo de sua carreira como professora e pesquisadora, esteve lado a lado com os expoentes da botânica internacional, como Katherine Esau, Adrience Foster, Ernest Gifford, Vernon Cheadle e Alden Crafts. De Klaus Napp-Zinn, botânico alemão de renome internacional, doutora Berta recebeu o elogio de que mais se orgulha em sua trajetória profissional. Ao citá-la na *Encyclopedia of plant anatomy*, obra de referência internacional, Napp-Zinn afirma textualmente que se não fossem os trabalhos de Berta em anatomia, praticamente nada se saberia sobre a estrutura dos vegetais que integram os diversos ecossistemas do Brasil. Ressalta, ainda, a importância do enfoque ecológico que desde o início Berta Lange de Morretes adotou em suas pesquisas.

Entrevista concedida a **Maria Amélia Dantes** (Departamento de História, Universidade de São Paulo) e **Vera Rita da Costa** (*Ciência Hoje/SP*)

Gostaríamos que começasse falando um pouco de sua infância e da figura de seu pai, que parece ter sido importante em sua formação.

Ambos, meu pai e minha mãe, foram importantes, pois eram pessoas preocupadas não apenas em adquirir, mas também em disseminar a cultura. Meu pai, Frederico Lange de Morretes, além de zoologia, estudou arte e tornou-se um ótimo pintor, tendo recebido prêmios e uma bolsa para se aprimorar na Alemanha. Minha mãe, Bertha Lange de Morretes, era alemã e estudou música e canto, para ser concertista. Em um tempo em que ainda não se falava nisso, minha mãe se especializou em reabilitação da voz e, quando os dois vieram para o Brasil, abriram uma

escola de artes. Pintores como Arthur Nisio e Kurt Boiger foram alunos de meu pai em Curitiba, enquanto atrizes como Irene Ravache e Isabel de Lisandra estudaram canto com minha mãe em São Paulo.

Então, seu pai era brasileiro?

Sim, ele nasceu na cidade de Morretes, que fica junto à estrada Curitiba-Paranaguá.

Meus tataravós colaboraram na fundação de Morretes e meu avô foi

o engenheiro-construtor da estrada de ferro. Em seu estágio na Alemanha, meu pai assumiu, além do nome da família, também o nome da cidade em que nasceu, pois Lange era um sobrenome relativamente comum na Alemanha. Em Curitiba, meu pai foi aluno do pintor Alfredo Andersen, que aconselhou meu avô a enviá-lo para estudar arte na Alemanha. No entanto, meu pai também estudou zoologia, por gosto. Quando voltou ao Brasil, instalou-se em Curitiba, mas, a seguir, foi chamado para trabalhar como zólogo no Museu

Paulista e, mais tarde, para lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em São Paulo. Os primeiros estudos e catálogos sobre moluscos – da baía de Paranaguá e do litoral norte de São Paulo – foram feitos por ele.

Sua opção pela história natural se deu por influência de seu pai?

Não. Apesar de serem muito exigentes, meus pais não interferiram nas decisões dos filhos. Mesmo porque, se fôssemos seguir a orientação de nossa família, não faríamos história natural, nem eu nem minha irmã Ruth, que entrou na USP na mesma turma que eu. Minha família era tradicional: por parte de pai, todos deveriam ser engenheiros e advogados e, por parte de mãe, o caminho natural era ser médico.

Quando anunciamos – Ruth e eu – que faríamos história natural, a família arregalou os olhos: eles não achavam bom mulheres saírem para as excursões de trabalho de campo. Hoje, pode-se estranhar essa reação, mas estávamos em 1938. Naquele tempo, ainda havia muito preconceito em relação à carreira a ser escolhida pela mulher. As pessoas estranharam, inclusive, o fato de meus pais não terem se empenhado em fazer-nos desistir da idéia. Mas eles, ao contrário, diziam que deveríamos estudar o que gostássemos, desde que lembrássemos das responsabilidades que acompanhavam a escolha... Deveríamos retomar esse ensinamento com os jovens, pois vejo muita gente na universidade fazendo o que não gosta, apenas porque acredita que “vai dar dinheiro” – fazem medicina, veterinária, advocacia, pensando no que vão usufruir e não na realização pessoal. É uma pena que isso aconteça.

Como era a USP, e em especial o curso de biologia, em 1938, quando ingressou na faculdade?

Quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada em São Paulo, em 1935, eu ainda estava em Curitiba fazendo o ginásio, mas, logo em seguida, meu pai se transferiu para cá e nós com ele. Decidimos, minha irmã e eu, que entraríamos direto na USP, sem fazer cursinhos preparatórios, mesmo porque não tínhamos dinheiro. Éramos quatro irmãos – eu sou a mais velha – e meu pai ganhava pouco. Para vocês terem idéia de como era a vida de um pesquisador, meu pai ganhava 600 cruzeiros no Museu Paulista, enquanto o aluguel de nossa casa era de 280. Lembro-me que quando a nossa mudança chegou a São Paulo, a casa era tão pequena que vários móveis não couberam e foram vendidos na porta.



A senhora chegou a conviver com seu pai como professor?

Cheguei, e isso criou mágoa em minha irmã e em mim, porque meu pai dizia: “Vocês nunca tirarão um 10 comigo.” “Mas, nem se a gente merecer?”, perguntávamos. Ele dizia: “Se eu der o 10 que vocês merecem, alguém poderá dizer que foi por proteção minha. Melhor vocês terem uma nota mais baixa e não ouvirem esse tipo de comentário.” Mas meu pai não permaneceu muito tempo na USP, pois não se sentia muito bem trabalhando como assistente do Barão de Fiori, na cátedra de paleontologia. Em 1940, ele já havia voltado para Curitiba.

Quem eram seus colegas de turma? Como eram os exames de admissão naquela época?

O vestibular era totalmente diferente do atual. Imaginem que, para minha turma, havia apenas 25 concorrentes. As provas – escrita, oral e prática – eram aplicadas pelos próprios catedráticos. Fiz, portanto, o exame para a USP com os pioneiros da ciência no país: com os professores [André] Dreyfus (genética), [Ernst] Marcus (zoologia), [Felix Kurt] Rawitscher (botânica), [Heinrich] Hauptmann (química) e [Giuseppe] Occhialini (física). Não tinha prova de cruzinhas, não. Primeiro, fazíamos a prova escrita e depois passávamos por uma argüição, durante a qual, em algumas disciplinas,

era solicitado que fizéssemos demonstrações práticas dos temas.

Qual era a postura desses professores? Eles eram rigorosos?

Basta dizer que dos 25, apenas 11 passaram no exame. Dos 11 que passaram, cinco eram homens e seis mulheres. Depois de concluído o curso, permaneceram na USP, como professores e pesquisadores, a convite dos professores catedráticos, Josué Camargo Mendes, na paleontologia, William Gerson Rolim de Camargo, minha irmã Ruth Lange de Morretes, na genética, e eu, na botânica. Na minha turma também ingressou Marta Vanucci, que não pôde ficar porque ainda não tinha revalidado os títulos do ginásio, que ela fez na Itália. Apenas no ano seguinte Marta reingressou no curso e pôde acompanhar as aulas. Apesar disso, era considerada da “nossa turma”, assim como Erasmo Garcia Mendes, que, apesar de aluno de outra turma, nos acompanhava em nossas aventuras.

Que aventuras eram essas?

Vocês podem até achar engraçado, mas ir ao Guarujá naquele tempo era uma aventura e tanto! Marta tinha uma casa lá e para chegar a ela não havia transporte – era preciso andar 14 km, se não conseguíssemos uma charrete para fazer o trajeto. Para comer, precisávamos ajudar os pescadores a puxar a rede e, à noite, a formar o arco para apanhar camarão. O perigo no Guarujá era pegar malária e... eu peguei. Hoje, o Guarujá está socialmente ativo, mas, com isso, perdeu-se boa parte de seus encantos, infelizmente.

Onde funcionava o curso de história natural, antes de ser construído o campus atual da USP?

Essa é uma história muito boa: quando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras foi criada, não possuía instalações próprias e, por isso, foi alojada em dois andares desocupados da Faculdade de Medicina, mas os médicos nos expulsaram de lá. Até incêndio nas instalações eles atearam para nos tirar da Faculdade de Medicina. Eles não admitiam que outra faculdade, um curso de filosofia e de história natural, fosse ocupar uma área no mesmo edifício onde estavam. Quando chegávamos de manhã para assistir às aulas, os ‘doutores’ se juntavam,



A família Lange de Morretes em 1949, em São Paulo. Berta está sentada, ao lado do irmão

FOTOS CEDIDAS POR BERTA LANGE DE MORRETES

Alameda Gleite, década de 1950.
Curso de atualização para professores da rede pública de ensino. No centro da foto, Félix Rawitscher, catedrático de botânica. À direita, Rui Ribeiro Franco, professor de mineralogia, e o assistente Aylton Brandão Joly (de avental). À esquerda de Rawitscher, as assistentes de botânica Mercedes Rachid e Berta Lange de Morretes (em primeiro plano)



levantavam os bancos e os soltavam no chão para fazer barulho, estrondo. Xingavam as meninas de “bucho” e faziam um escarcéu que tornava impossível as aulas.

Por que faziam isso? Por prepotência?

Era mais sério do que pura prepotência: na realidade, eles não queriam a instalação de uma faculdade cujo colegiado reunido era maior que o da de Medicina. O número de disciplinas da Faculdade de Filosofia superava o das outras faculdades, e isso era considerado uma afronta... Além disso, era uma faculdade nova, em que praticamente todos os professores eram estrangeiros e traziam metodologias diferentes das utilizadas no ensino até então. Lembro do susto que levamos logo no primeiro ano ao constatar que as aulas seriam em italiano, inglês, francês e castelhano. O único professor que, desde o início, nos deu aulas em português foi Dreyfus. Depois, os professores foram aprendendo o português, facilitando a tarefa para nós – apenas os italianos foram renitentes em aprender a nossa língua. Tínhamos “pavor” dos italianos – em especial de Ettore Onorato, professor de mineralogia e petrologia, do Barão De Fiori, de geologia, vulcanismo e paleontologia, e de Occhialini, de física. Ettore Onorato, por exemplo, quando não sabíamos responder algo, dizia: “Stupidi! Ignoranti!”. Aprendi italiano, assim, no xingamento! Onorato era tão ditador que fechava a porta com a chave, para impedir os alunos de saírem de sua aula; marcava prova no dia 7 de setembro e, quando a gente dizia que era feriado nacional, respondia: “Não sou brasileiro! Nada tenho a ver com esses feriados!”.

Alguns desses professores italianos eram fascistas?

Eram, sim, mas não apenas os italianos. Também entre os professores alemães havia alguns nazistas. Uma boa parte



Faculdade de Medicina da USP, em 1938. Da esquerda para a direita, Maria Estela Guimarães, Marta Vanucci e Berta Lange de Morretes

dos professores que vieram para a história natural, no entanto, era de origem judaica, fugitivos da perseguição nazista, como Ernst Marcus e Félix Rawitscher.

E como era o convívio deles na USP?

Nem sempre era bom! Lembro-me de um assistente do professor Rawitscher que usava a cruz gamada na lapela do paletó. Ora, veja só: ele nazista, assistente de um judeu! Claro que deu problema e o assistente acabou indo lecionar em outro estado. No entanto, isso não chegava a interferir com o ensino: não havia pregação política para os alunos. O objetivo era apenas ensinar. Sempre me pautei nisso: acho que o professor não tem o direito de doutrinar aluno. Estamos aqui para ensinar e ponto. Isso não impede as pessoas de conviverem e se ajudarem mutuamente. Principalmente com os orientandos, faço questão de manter laços de amizade e ajuda; sinto-me na obrigação de zelar pelas pessoas, não apenas pelos seus trabalhos de pesquisa. Estou, no entanto, consciente de que não tenho o direito de interferir em suas convicções pessoais. ▶



Excursão a campo dos alunos de história natural da USP à adutora, em Rio Claro, em 1940. Berta é a segunda da esquerda para a direita, na segunda fila. Está ao lado de Diva Diniz Correia

Quando era apenas estudante na USP, na década de 1940, havia convívio com estudantes de outras disciplinas ou apenas com os do curso de história natural?

Depois do bota-fora da Faculdade da Medicina, fomos para a alameda Gleite, onde a história natural passou a ser vizinha da química. Lá, nosso convívio aumentou. As aulas duravam o dia inteiro e ainda não existia o curso noturno, criado somente na década de 1950. Como compartilhávamos o mesmo cafezinho, acabamos nos entrosando bastante com os professores [Heinrich] Rheinboldt e Hauptmann – os expoentes da química –, bem como com seus assistentes, [Paschoal] Senise e [Simão] Mathias. Também trabalhavam



Ao centro, ministrando curso de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa, MG, em janeiro de 1981

como professoras, na química, Madeleine Perrier e Blanka Wladislav, que se tornaram nossas amigas.

*A senhora tem fama de ‘briguenta’.
Essa fama se justifica?*

Há certos comportamentos que não admito, como, por exemplo, falta de ética e as pessoas se esconderem atrás de uma entidade qualquer, alegando, por exemplo, que é o departamento, o instituto ou a própria USP que não prestam. Elas confundem, muitas vezes, questões

personais com institucionais e isso me irrita. Talvez a fama de briguenta seja decorrente desse fato, pois algumas vezes discuti em reuniões com pessoas que tinham essa postura. Lembro-me de ter me irritado com um professor da física, em uma reunião na reitoria da USP.

A cada intervenção, ele dizia: “A USP é uma m...!” Quando ele falou isso, acho que pela quinta vez, reagi, perguntando “o que um jovem professor, como ele, fazia para melhorar essa m...?”. Aconselhei-o a “se retirar da USP, se não estivesse contente”, e perguntei: “Vai ficar aqui chafurdando na m... só para ter no cartão de visitas que é professor da USP?” Foi uma discussão um tanto feia, mas não acho que eu estivesse errada...

Atualmente, não faço parte de colegiados porque sou aposentada, mas gostaria de comprar uma briga boa: como se pode exigir que pós-graduandos façam os créditos e a tese em um ano e meio; no máximo em dois anos e meio? É possível fazer revisão bibliográfica, levantamento de dados e análise em tão pouco tempo? Na área de botânica, se o trabalho for de campo, há fatores, como o mau tempo – geada, fogo, chuva – que devem ser levados em conta, pois podem atrasar a pesquisa. Essa exigência de prazo vem provocando a queda da qualidade dos trabalhos. A USP não deveria aceitar isso; não deveríamos mais uma vez

copiar o que o sistema norte-americano de ensino tem de pior e adotar a filosofia de que apenas os números, e não a qualidade, contam.

Depois de formada, qual foi o seu destino profissional?

Ainda como aluna, fui convidada pelo professor Marcus para estagiar no Departamento de Zoologia e pelo professor Dreyfus, no Departamento de Biologia Geral. Como eu gostava de todas as áreas, não sabia qual escolher. Só sabia que não queria ficar na fisiologia, porque não queria sacrificar animais. Fiz meus primeiros trabalhos no laboratório do professor Marcus e decidi que ficaria na disciplina em que primeiro saísse a minha nomeação. A nomeação saiu primeiro na botânica e foi lá que fiquei.

Seus primeiros trabalhos então foram na zoologia, com orientação do professor Marcus? Do que tratavam?

Na realidade, meu primeiro trabalho foi orientado pela professora Eveline Marcus, esposa do professor Marcus. Pesquisei estatoblastos – animais que vivem sobre as conchas – do Brasil meridional. O trabalho, publicado em 1940, foi o primeiro sobre o tema no Brasil.

E quando foi o seu primeiro contato com o cerrado?

Eu me encantei pelo cerrado ainda quando aluna, em 1938, pois fazíamos excursões para esse ecossistema, nas vizinhanças de Pirassununga. Lembro de como, em uma dessas viagens, a vegetação do cerrado, de aspecto tão diferente das outras, chamou minha atenção. Isso foi em 1940, pois lembro que nesse ano a USP passou a ser gratuita, o que foi um alívio para minha irmã e eu. Pouca gente sabe, mas os cursos na USP já foram pagos, e era muito dinheiro naquela época; meu pai teve que vender algumas obras raras do [pintor alemão Johann Moritz] Rugendas [1802-1858] para pagar as anuidades da universidade. Ainda na década de 1940, passei a estudar a anatomia de espécies do cerrado. Mais tarde, no entanto, quando quis fazer o doutorado nessa área, fui impedida.

Por quê?

Naquele tempo era o catedrático que decidia a sua carreira. Quando, em 1945, disse ao professor Rawitscher que queria fazer o meu doutorado em anatomia de plantas superiores do cerrado, ouvi dele um sonoro não! Eu teria que esclarecer o ciclo evolutivo



Ao lado, Berta, em 1948, em trabalho de campo em Pirassununga e, abaixo, em Barra do Garça, na década de 1970, e no laboratório de Katherine Esau, na Universidade da Califórnia, em Davis, durante seu pós-doutorado (1961)



de um fungo imperfeito (*Pilacrella delectans*) com o qual ele estava trabalhando, do contrário perderia as disciplinas que já havia feito. O sistema de cátedra permitia isso – todo poder ao catedrático!

–, de maneira que apenas em 1948, depois do doutorado e de fazer o que Rawitscher havia me imposto como tarefa, voltei a trabalhar com anatomia de plantas superiores. Também para fazer a livre-docência, enfrentei problemas: em 1959, quando solicitei fazer o exame pela primeira vez, o catedrático Mário Guimarães Ferri achou bom. Ferri era meu amigo e até comentou que eu seria a primeira mulher livre-docente da USP, mas, quando soube que o tema seria anatomia de plantas do cerrado, disse: “Não! Anatomia, não.” A condição para eu fazer a livre-docência era trabalhar em tema de fisiologia, a área dele, ou taxonomia, a área de [Aylton Brandão] Joly. Já naquele tempo havia essa idéia de que se deve trabalhar em temas aplicados e “de ponta”. Eu, ao contrário, achava importante estudar justamente o ‘básico’ – e sobre a anatomia das plantas de cerrado não se sabia nada. Quando Ferri se afastou para ser vice-reitor, solicitei a Joly fazer a livre-docência, mas a reação – ainda na década de 1960 – foi a mesma: “Anatomia, não! Faça em taxonomia ou ecologia”, disse. Apenas no final da década de 1970, quando o professor Astolpho de Souza Grotta, que era anatomista, assumiu a chefia do Departamento de Botânica, pude fazer

a livre-docência na área em que queria. A partir daí, foi fácil: em 1980, obtive a livre-docência em anatomia, em 1983 fiz concurso para professor e, em 1985, tornei-me titular.

A senhora está há mais de 60 anos na USP. Como avalia a universidade hoje, especialmente na sua área?

Curiosamente, vejo algumas coisas que funcionavam melhor no tempo das cátedras, apesar daquele ter sido um período difícil. Por exemplo, dar as aulas teóricas era um privilégio: éramos testados muitos anos pelos catedráticos antes de assumirmos a responsabilidade de um curso. Hoje, ao contrário, mal a pessoa é contratada, os professores mais antigos dizem: “Graças a Deus, vou me livrar das aulas da graduação!” Ninguém verifica se a pessoa contratada está em condições de dar aulas e o professor novato é ‘jogado às feras’. Se, antes, ensinar era motivo de orgulho, agora, na maioria das vezes, é considerado um estorvo! Tento evitar isso com as pessoas que trabalham comigo e acho que consegui, pois me orgulho de bons professores que se formaram comigo, como Leopoldo Magno Coutinho, Marico Meguro, Maria Amélia Braga de Andrade, Flávio Berchez, Verônica Angialossy Alfonso, entre tantos outros.

Na sua área, a USP se destaca em relação às outras universidades?

As outras universidades são crias da USP; foram os que aqui se formaram que construíram as demais instituições do país. Mas acontece

que, ao deixarem a USP, as pessoas querem inovar, ser diferentes, e muitas vezes ignoram as ‘boas trilhas’ que foram traçadas aqui. Para inovar, é preciso fazê-lo na hora certa, em um assunto realmente importante. Não basta ir descartando aquilo que se julga apressadamente supérfluo. Na área de ensino de biologia, por exemplo, acompanhei diretamente o processo da reformulação das licenciaturas e pude perceber a tragédia que alguns causaram, introduzindo métodos de ensino que, mais tarde, os próprios docentes avaliaram como ruins. Temos essa maldita mania de copiar o que se faz em outros países... Outro problema que vejo na universidade atualmente é o ‘estrelismo’ de alguns: a pessoa esquece de sua função básica – pesquisar, ensinar – e começa a achar o máximo ser chefe, fazer parte do CNPq, da Capes, disso e daquilo. Depois de um tempo, ela perde o senso e, como tem poder, passa a favorecer os amigos e a dar bolsas de estudo, por exemplo, não pelo mérito, mas por compadrio...

A senhora não está sendo muito dura em seu julgamento?

É claro que há gente sensata e trabalhadora, mas não devemos, por isso, esconder que também há absurdos. Quer um exemplo? Há pouco tempo, fiz um plano de pesquisa sobre cerrado e mandei para uma financiadora. Consegui o financiamento, mas um dos assessores sugeriu que eu mudasse o nome do plano para algo “mais chamativo”. Ora, está certo em ciência ter coisa mais chamativa ou menos chamativa?

Em Galápagos, em 1989





Berta Lange de Morretes,
ao completar 80 anos, em 1997

Ciência é ciência! Se eu chamo uma coisa de biologia das plantas do cerrado, é isso e pronto! Por que mudar? Não mudo! Acho que muitas vezes falta ética às pessoas que estão na universidade; há pessoas que acham normal, por exemplo, ir aos congressos com tudo pago pela sociedade e sumirem no dia seguinte, para fazer turismo. Não sou melhor que ninguém, mas quando vou a um congresso, sento-me em uma cadeirinha e participo de todas as reuniões. Isso é o mínimo que devo fazer, não é?

A senhora trabalhou diretamente com Katherine Esau, uma das expoentes em botânica na década de 1960. Como foi essa experiência?

Fiz meu pós-doutorado com ela e em outras oportunidades estive na Universidade da Califórnia, em Davis, discutindo o ensino e a pesquisa em anatomia vegetal. A doutora Esau era, de fato, uma anatomista de renome internacional, autora de diversos livros-texto e de inúmeros trabalhos de pesquisa em anatomia vegetal. Quando fiz meu pedido para ingresso no pós-doutorado na Universidade da Califórnia, ela se admirou com o que a USP exigia para a obtenção do doutorado. Por esse motivo, ela não apenas me aceitou no pós-doutorado, mas incluiu meu nome no *staff* do departamento. Isso me permitiu passar 11 meses trabalhando diretamente com ela na pesquisa e na colaboração de suas aulas – o que foi um privilégio. A doutora Esau também lutou desesperadamente para implantar a anatomia nos Estados Unidos e teve dificuldades, como eu aqui na USP. Sua família era da Rússia e se refugiou na Alemanha, na época da Revolução Russa,

em 1917. Ela me contou que quando imigrou para os Estados Unidos, para fazer seu doutorado, enfrentou enorme preconceito: ninguém queria trabalhar com alguém nascido na Rússia. Para fazer seu trabalho sobre os vírus que atacam as beterrabas, foi preciso que ela mesma dirigisse o trator, plantasse e colhesse as beterrabas para o estudo. Também me contou que havia enfrentado muita dificuldade para trabalhar com anatomia vegetal e, quando lhe falei dos meus planos em formar gente nessa área no Brasil, ela me desaconselhou – disse que formar gente demandava muita energia e muita paciência, que eu continuasse minhas pesquisas, pois ela as considerava muito importantes.

O que acha do sistema de avaliação por publicação?

Acho uma bobagem! [Albert] Einstein teria sido recusado por esse sistema, pois teve apenas um trabalho publicado, altamente significativo. Segundo a atual metodologia, ele estaria na lista dos improdutivos! O sistema atual de avaliação exige a publicação de quatro trabalhos por ano – dois no exterior e dois no Brasil. É sabido, no entanto, que professores universitários devem cumprir outras obrigações, tais como dar aulas, integrar colegiados, aceitar estagiários e orientar pós-graduandos, entre outras. Diante dessas obrigações, praticamente não existem condições de realizar anualmente quatro trabalhos de pesquisa originais. Em conseqüência, o nível das pesquisas acaba caindo, ocorrendo associações entre quatro ou cinco docentes na publicação de trabalhos relativamente simples. Surgem também outros expedientes, como, por exemplo, publicar trabalhos que saem da tese de seus orientandos. Até 1991, não publiquei trabalho algum com orientando, mas agora sou 'obrigada' a fazê-lo para cumprir os requisitos e não ser descredenciada. Considero isso um erro a que a universidade nos induz: ensinamos o aluno, o ajudamos em sua pesquisa, até lhe falamos de valores e ética para, no final, tomamos o trabalho de volta para nós. Não é absurdo?

O que a senhora aconselharia aos jovens que pretendem escolher uma carreira?

Os 61 anos em que estou ensinando e pesquisando na USP me mostraram que aqueles que descobriram a sua vocação e a seguiram, sem se deixarem influenciar por opiniões alheias ou por situações de momento, são os que conseguiram se realizar e ser felizes, mesmo enfrentando adversidades. ■